



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

②
Alexandre

ACTA N.6/2011

*Aos dezanove dias do mês de Maio do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Herminio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os membros eleitos, **Maria do Rosário Papafina Proença**, **José João Calvinho Corvo**, **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança**, **Miguel Moreira da Costa**, **Maria de Lurdes Lopes**, **Sandra Cristina Carvalho Madeira**, **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, **Victor Manuel Fernandes Rosa**, **Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança**, **Pedro Ribeiro**, **Manuel da Conceição António**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Luís Miguel Guerreiro Romão**, pelo P.S.D; **Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro**, **João José da Costa Ribeiro**, **Vitor José da Cruz Pereira**, **Luís Manuel da Rosa Fernandes** pelo P.S. e **José Estêvão Correia da Cruz**, **Luís Manuel Negrão Vargas** pela CDU.*

Conforme Edital Convocatório de 12 de Maio de 2011, reuniu em sessão Extraordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

ABERTURA DA SESSÃO – verificando-se a presença de todos os membros.



SUBSTITUIÇÕES – Pedido de substituições da bancada do PSD, Fernando Serina, Andreia Machado, substituídos por Pedro Ribeiro.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1. *EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;*
2. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO ÀS CLÁUSULAS 1ª, 3ª, 8ª E 10ª E ANEXO IV DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA, PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS;*
3. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO FUNCIONAMENTO DO BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;*
4. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA – HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS;*
5. *APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE PLANO DE CÊRCEAS – AVENIDA INFANTE D. HENRIQUE, EM MONTE GORDO.*



1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

= O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento aos Srs. Deputados que não havia qualquer assunto para transmitir.

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO ÀS CLÁUSULAS 1ª, 3ª, 8ª E 10ª E ANEXO IV DO CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO E A VRSA - SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA, PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Carlos Lança, Luís Fernandes, João Ribeiro, António Cabrita e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Carlos Lança disse que se a Câmara de Vila Real de Santo António está endividada, essa dívida em relação à dívida é muito pequena em relação a dívida do País.

Lamento que se diga que a SGU possa ser o princípio do fim da civilização e também. A SGU é 100% Municipal, não vejo que não haja controlo, como foi dito.

O Sr. Luís Fernandes disse que as taxas Municipais subiram muito, dobraram. Este contrato entre o Município e a SGU vai prejudicar os anos futuros, pois vai transferir a SGU para a Câmara Municipal os 4,5 milhões só em 2030

As tarifas da água sofreram grandes aumentos, nomeadamente os estabelecimentos comerciais. Todo o fenecimento futuro da água podia ser feito pela Câmara Municipal. Não deveria ser a SGU a realizar estes investimentos.

O Sr. deputado João Ribeiro pediu a palavra para fazer a defesa de honra.



O Sr. João Ribeiro não concordou que se venda a água a SGU, pois a água é um bem essencial e estruturante para a sociedade moderna. Logo o PS não alinha para se cobrir o capital máximo da dívida da Câmara Municipal. Isto é mais um jogado de engenharia financeira. Ainda mencionou que Vila Real de Santo António está muito mal cotado.

O Sr. António Cabrita disse que não é só em Vila Real de Santo António que a água passa para a SGU, nem entende o que é reengenharia financeira

António Cabrita disse que o preço da água tem sofrido aumentos, tal como em outros Municípios.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que o PS é recorrente nas queixas apresentadas, mas isso já não merece comentários. É pena que o Sr. João Ribeiro não tenha referido património da SGU, pois esta deve ser das Empresas Municipais que tem mais património no país. Muitas Câmaras Municipais estão a constituir Empresas Municipais. Não existem fundos comunitários para o Algarve desde que este Governo entrou em funções. Lamenta que o PS vote contra o funcionamento das intervenções e apoios do Banco Europeu de Investimento.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que é a mesa que define o que é defesa da honra ou não. Ainda solicitou a substituição página nº 6 da documentação, prestando esclarecimento do mesmo.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

A bancada da CDU fez declaração de voto.

Com:

18 votos favoráveis do PSD,

6 votos contra , 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU,

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO FUNCIONAMENTO DO BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

Interveio o Sr. Deputado Municipal António Cabrita.

O Sr. Deputado António Cabrita disse que sempre que fazem referências a esse político sente-se atingido na honra. Ainda afirmou que muitas pessoas prejudicam a sua vida pessoal para estarem presentes nestas Assembleias, para esta gente estar aqui e tentarem ajudar a resolver os problemas do Concelho.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA – SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA – HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luisa Currito, José Cruz, Luís Fernandes, Carlos Lança o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a Sr.ª Vereadora Silvia Madeira.

A Sr.ª Deputada Luisa Currito disse que a bancada do PS iria votar favoravelmente porque é a 3ª vez que este assunto vem Assembleia Municipal. Ainda lamentou que sejam só 40 fogos no valor de 4.000.000 euros, aproximadamente.

O Sr. Deputado José Cruz no seu entendimento deveria haver mais financiamento para casas de habitação a custos controlados.



O Sr. Deputado Luís Fernandes disse que o PS apresentou os seus reparos e as suas intervenções mas não está a pôr em causa a seriedade das pessoas, também não entende o porquê de os Políticos serem uma cambada de bandidos.

O Sr. Deputado Carlos Lança pediu a palavra para dizer que os Políticos da SGU, e do Município de Vila Real de Santo António, não são bandidos, simplesmente levantam questões se é ilegal ou não os procedimentos.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal pede para a bancada do PSD não ligar às provocações do PS. Pois se não estão a seguir a mesma baixa política.

Em Abril de 2002, quando a Câmara Municipal decidiu a favor da construção de 160 fogos a custos controlados. Disse que a Sr.^a Deputada Luísa Currito em 2002 elogiou a construção de 160 fogos e agora manifestou algum lamento nesta proposta da Câmara Municipal.

A Sr.^a. Vereadora Sílvia Madeira deu explicações aos presentes sobre os fogos agora colocados à aprovação, ou seja, mais aprovação de 98 fogos.

Diz que na minuta do contrato de gestão está disponível 98 fogos e aprovados pelo IHRU mais 40 fogos, do PROHABITA dão 138 fogos.

A Deputada Luísa Currito disse que nos 160 fogos só há famílias conhecidas. Mas nos 400 e tal entendo que são poucos os fogos para famílias carenciados.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

5. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE PLANO DE
CÉRCEAS – AVENIDA INFANTE D. HENRIQUE, EM MONTE
GORDO;**

Não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

20 votos favoráveis, 18 da bancada do PSD e 2 da bancada da CDU

4 abstenções da bancada PS.

Período de intervenção do público

Não houve intervenções do público.

E de tudo, para constar, se lavrou esta acta sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 23 horas.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário





Com o prosseguimento desta filosofia,
desperdiçã franciscana a estratégia
de descentralização, o município
qualqueram progressivamente a
designação de dicente.

O papel reservado à Câmara Municipal
será progressivamente uma espécie
de esboço a demonstrar de
forças de gestão urbana.

Está, que o poder que lhe vai
sendo descentralizado ou transferido,
pouco a pouco, será, na prática,
o órgão principal de
condicionamento à decisão
futura do executivo municipal.



Francisco